



ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO

Portugal vai a eleições "sem progressos" na corrupção

O setor público português é percecionado como sendo mais corrupto do que o das Bahamas, tendo até caído um lugar no índice da Transparência Internacional. No ano em que elegeu Bolsonaro, o Brasil deu um grande trambolhão nesta matéria.

Bruno Colaço



A Associação Transparência e Integridade quer que todos os candidatos às várias eleições deste ano se comprometam com reformas de combate à corrupção.

ANTÓNIO LARGUESA
alarguesa@negocios.pt

A subida de um ponto no Índice de Perceção da Corrupção (CPI na sigla inglesa) relativo a 2018, onde obtém um resultado de 64 pontos, não foi suficiente para melhorar a posição de Portugal face ao ano anterior e puxá-la para a média da Europa Ocidental. Pelo contrário: o país recuou uma posição nesta lista com 180 países, caindo para a 30.º posto.

Abaixo das Seicheles e das Ba-

hamas e imediatamente acima do Brunei e de Taiwan: é este o lugar de Portugal no estudo mais recente da associação anticorrupção Transparência Internacional (TI), divulgado hoje. A escala oscila entre zero (altamente corrupto) e 100 pontos (altamente íntegro).

O líder da Transparência e Integridade (TI-PT), a associação que representa em Portugal esta ONG, destaca que o país está, desde 2012, "parado a meio da tabela europeia, sem progressos reconhecíveis no combate à corrupção". João Paulo Batalha assinala que "a política vigente continua a ser a de tentar mascarar a realidade, em vez de enfrentá-la", culpando todos os quadran-

tes governativos nos últimos anos. E dá, como exemplos, a "acumulação de escândalos de falta de ética na vida pública" ou as "tentativas de controlo político" sobre os Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público.

No arranque de um ano com três eleições, o responsável da TI-PT alerta que o país "não será imune à degradação das democracias que se verifica a nível global se não agir para preservar as suas instituições". Por isso, defende, "é crucial que o combate à corrupção esteja no centro da discussão pública e que todos os candidatos às eleições europeias, regionais e legislativas se comprometam com reformas e específicas de combate à corrupção".

A nova "luz verde" em Angola

No restante universo lusófono, Cabo Verde (45.º) continua a ser o mais bem posicionado, mas o destaque vai para a queda de nove posições (para 105.º) do Brasil, num ano marcado pela eleição presiden-

Risco de corrupção medido nas leis

O Governo português vai avançar em fevereiro com um projeto-piloto de avaliação prévia do impacto dos decretos-lei ao nível dos riscos de corrupção, à imagem da análise que já é feita atualmente em termos de género, nas pessoas com deficiência ou nos custos para as empresas. Como o Negócios escreveu na semana passada, esta medida decorre de uma proposta apresentada ao Governo pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e numa altura em que o tema continua na ordem do dia. No discurso de abertura solene do ano judicial, a procuradora-geral da República sustentou que "não podemos ignorar os resultados de múltiplos estudos de distintas entidades que invariavelmente apontam para estarmos longe de obtermos vencimento na luta contra a corrupção".

cial de Jair Bolsonaro, que assentou grande parte da sua campanha eleitoral no tema da corrupção.

"A corrupção espalha-se muito mais facilmente onde as instituições democráticas são fracas e, como temos visto em vários países, onde políticos populistas e antidemocráticos a usam como tema para tirarem vantagem pessoal e política", salientou a presidente da TI, Delia Ferreira Rubio. E depois de ter deixado a "lanterna vermelha" da língua portuguesa à Guiné-Bissau no ano em que João Lourenço sucedeu a José Eduardo dos Santos no poder em Luanda, Angola voltou a melhorar duas posições neste estudo (165.º), ainda que a pontuação seja a mesma (IPC 19). ■



É crucial que o combate à corrupção esteja no centro da discussão pública.

JOÃO PAULO BATALHA
Presidente da associação
Transparência e Integridade